



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 15 de maio de 2011

A CRITICA

Às voltas com a MP 517 1
POLITICA

A CRITICA

Temporários viraram regras no PIM, diz MPT 2
ECONOMIA

A CRITICA

Entrevista - Henrique Oliveira 3
ECONOMIA

A CRITICA

espaço da indústria 4
ECONOMIA

A CRITICA

rogério pina 5
BEM VIVER

AMAZONAS EM TEMPO

APLAUSOS 6
ARTIGO

AMAZONAS EM TEMPO

FERNANDO COELHO JR. 7
PLATÉIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Reforma Tributária divide opiniões no AM 8
AMAZONAS

DIÁRIO DO AMAZONAS

Contratações no Sine aumentam 263% em abril 9
AMAZONAS

Às voltas com a MP 517

Tal como está redigida, essa Medida Provisória compromete os interesses das indústrias da ZFM

ANTONIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) volta ao debate, na próxima semana, quando o plenário da Câmara dos Deputados deverá analisar e votar a Medida Provisória (MP) 517/2010 que, entre os diversos assuntos de interesse do Governo Federal, trata basicamente de matéria tributária e promove alterações na Lei de Informática (8.248/1991).

A bancada de deputados federais e senadores do Amazonas apresentou 26 emendas à mensagem da presidente Dilma Rousseff, mas, segundo o vice-líder do Democratas, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), as propostas dos parlamentares amazonenses, com relação ao setor de informática, não foram acatadas pelo relator da emenda João Carlos Bacelar (PR-BA).

"Eles não aceitaram as mudanças que propusemos. Venho denunciando há três meses os efeitos negativos que essa medida provisória vai causar ao setor de informática do Polo Industrial de Manaus. Alteram o prazo da lei de 1991, ampliam a isenção para outros produtos de informática além do *modem* e roteador. Estou tentando, mas parece que fico falando sozi-



Pauderney Avelino está de olho nos efeitos perniciosos da MP 517



Deputado João Carlos Bacelar, relator da MP 517, não acatou propostas

Garantia

Por conter vários temas, principalmente os relacionados à tributação, Pauderney Avelino apresentou uma emenda que foi acolhida pelo relator. A proposta restabelece a garantia da nomenclatura anterior, portanto, isento de tributo, do número de identificação dos produtos do polo de duas rodas no Mercosul, por isso a RF queria taxá-los.

nho", reclamou Pauderney. O democrata apresentou 12 emendas à MP 517/2010, seguido do deputado Praciano (PT-AM) e da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com cinco emendas cada um. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM), coordenador da bancada, propôs quatro alterações à medida provisória.

COMPETITIVIDADE

O artigo 14 da MP 517 inclui *modem* e roteadores de programa de computador na lista dos

bens e informática sujeitos à isenção fiscal. Reduz a zero as alíquotas da contribuição para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo. O artigo 15 prorroga por dez anos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática desenvolvidos no Brasil. Dá 100% de redução do imposto devido, de 15 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014; redução de 90%, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e o IPI cai a 70% de 1º de Janeiro de 2016

até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto. A lei vigente dá 80% de redução sobre os produtos de informática desenvolvidos no País.

As emendas da bancada do Amazonas pretendiam resgatar a competitividade da Zona Franca a partir do Decreto 288/67. Também pediam a redução dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pois, somente o PIM é obrigado aplicar a alíquota de 5% do faturamento bruto nessa área, enquanto no resto do País a exigência é de 4%.

Crédito presumido em questão

Entre as 12 emendas à MP 517, apresentadas pelo deputado Pauderney Avelino está a que modifica o prazo dos anos-calendário (2006-2008 para 2006-2010) do ressarcimento ou compensação de créditos presumidos adquiridos pelos empresários quando compram produtos da ZFM, isenta de IPI. Em fevereiro de 2011, o STF proibiu as indústrias de receber duas vezes os créditos do IPI dos bens intermediários isentos na cadeia iniciada PIM. A regra do crédito presumido continua valendo para os produtos elaborados com matérias-primas, agrícolas, extrativas regionais (exceto de origem pecuária) e para os bens finais como televisores, motocicletas e outros, previstos no Decreto-Lei nº 1.435/75. Foram atingidas, pela decisão do STF, todas as empresas engarrafadoras de bebidas não-alcoólicas localizadas fora do Amazonas e o xarope de guaraná. Segundo Avelino, o STF ainda não concluiu o julgamento sobre o fim do repasse (indevido) de crédito dos componentes, mas a Receita Federal entende que nem esse produto gozaria do crédito, por isso está multando as engarrafadoras fora do Amazonas.

Temporários viraram regras no PIM, diz MPT

Observação foi feita pela procurador-chefe do órgão no Amazonas, Jorsinei Dourado do Nascimento

A contratação de funcionários temporários, que devia ser exceção, tornou-se regra nas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Jorsinei Dourado do Nascimento. Dessa forma, os empresários "economizam" dinheiro pagando salários inferiores em contratos com duração de três meses (considerado período de experiência), evitando-se pagar aviso-prévio, seguro desemprego, 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e demais direitos trabalhistas.

"Essa contratação de pessoal por tempo determinado está fora das hipóteses previstas na lei", reforçou o procurador. Prova disso, é o artigo 7º da Constituição Federal do Brasil que ressalta, em 34 incisos, os direitos dos trabalhadores em emprego com garantia de demissão sem justa causa, seguro desemprego, fundo de garantia, piso salarial proporcional, 13º salário, entre outros.

Normalmente, a mão-de-obra temporária é absorvida em situações de aumento da produtividade, como nos meses que antecedem ao Natal, à Copa do Mundo de Futebol ou ao Dia das Mães; ou para a substituição de trabalhadores que

Lei dos temporários

De acordo com a Lei 6.019/74, o trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços.

estejam de férias.

O superintendente regional do Trabalho e Emprego, Alcino Vieira dos Santos, disse que essa prática é uma espécie de ciclo vicioso, onde contrata-se por três meses, encerra-se o período de prestação de serviços e abrem-se mais vagas temporárias. "Se as empresas têm produção para admitir a cada três meses, a atividade não é temporária; é definitiva".

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Wilson Périco, não considera contratações irregulares, "mas contratações que permitem às empresas se adequarem a demanda de mercado sem altos riscos".

As empresas que forem flagradas pela fiscalização trabalhista contrariando a lei podem ser multadas em até R\$ 100 mil.



Jorsinei do Nascimento, do MPT-AM



Wilson Périco, presidente do Sinaaes



Alcino Dos Santos, titular da SRTE

O trabalhador que se sentir lesado pode denunciar a empresa à Justiça do Trabalho.

DIVERGÊNCIA

O assunto foi alvo de divergência entre o Sindicato dos Metalúrgicos com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). Na última quinta-feira, o presidente dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, convocou uma entrevista coletiva para criticar a fiscalização da SRTE, sob alegação de que o órgão está exigindo a exclusão de 15 mil empregos temporários do comércio e da indústria.

Blog

Wilson Périco Vice-presidente da Fieam

"Esse ano, o mercado continuou e muitos funcionários tiveram seus contratos renovados por mais três meses, pois havia dúvidas sobre o comportamento do consumidor, pois o governo tem dito para se evitar o consumo por conta da inflação. Depois desse segundo período de contrato, os funcionários, na sua maioria, são contratados como efetivos, porém outros

não. Se existe a necessidade de manter o ritmo ou aumentá-lo, as indústrias contratam, novamente, por tempo determinado e se a necessidade for confirmada os funcionários serão efetivados. Na verdade, muitas empresas quando iniciam suas atividades tem praticamente todo o seu quadro de funcionários como terceirizado até que sejam contratados pela empresa.

PIM registrou 4,66% de temporários

O mês de março fechou com 5.286 trabalhadores temporários, dos 113.211 registrados pelos indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulgado semana passada. No mês de janeiro foram 5.690 trabalhadores contratados nessa condição e enquanto fevereiro encerrou com 5.094 temporários.

Os picos de contratação ocorrem nos meses de setembro, outubro e novembro, quando as indústrias 'aceleram' as linhas de produção para dar conta da alta demanda de consumo registrada em dezembro.

Assim como na administração pública, a contratação de temporários não é válida para atividades fins ou principais dentro de uma empresa e instituição pública, como operários de uma montadora de motocicletas ou de televisores, por exemplo. A atividade meio, na qual é permitida a terceirização, é aquela não representativa do objetivo da empresa, não fazendo parte, portanto, do processo produtivo e caracterizando um serviço necessário, mas não essencial.

As regras que amparam esse tipo de trabalhador estão previstas na Lei 6.019/74 e na Súmula Vinculante nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Entrevista - Henrique Oliveira

Debutante na Câmara dos Deputados, Henrique Oliveira tem pela frente a importante **missão** de relatar o Emenda Constitucional que trata da prorrogação da ZFM

“Já pedi uma audiência com a presidente Dilma Rousseff”

O deputado federal Henrique Oliveira (PR-AM) tem pela frente a relatoria da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 506/2010, de autoria do ex-senador Artur Neto, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que prorroga a ZFM por dez anos, de 2023 a 2033. À proposta, foi anexada a PEC 439/2009, do deputado Silas Câmara (PSC-AM), que mantém os benefícios fiscais do PIM por tempo indeterminado. Nessa entrevista, ele fala sobre a tramitação da EC e seus desdobramentos.

O seu relatório já está pronto? Quando o senhor

vai apresentá-lo à CCJ?

Está praticamente pronto porque é um relatório que me engessa muito já que ele cuida somente da admissibilidade e boa técnica legislativa. Quero incluir o mérito da matéria - a prorrogação por mais 50 anos e a extensão dos benefícios à Região Metropolitana de Manaus (RMM), mas sei que não será analisado nesse momento na CCJ. Após essa admissibilidade, será criada uma comissão especial onde será discutido mérito propriamente dito. Vou combinar com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (João Paulo Cunha) para ver qual o melhor instante para entregar o relatório a fim de evitar que fique engavetado.

A minha parte já fiz. Acredito que não vai ser preciso trabalhar muito para que o meu relatório seja aprovado na CCJ.

O senhor vai querer também ser o relator da PEC da prorrogação da ZFM nessa comissão especial?

(Risos). Já existe uma gestão minha para que isso ocorra pela importância da matéria. Já fiz o pedido, encaminhado pelo líder do meu partido, Lincon Portela (PR-MG) e há um comprometimento do presidente da Câmara em me dar essa relatoria. Mas, não sou o dono desse debate nem do projeto. Se cair nas mãos de outro amazonense, bem intencionado, é isso que importa.

Como vai compatibilizar as mudanças na proposta aprovada no Senado (prorrogação de dez anos), diante do compromisso da presidente Dilma em estender a ZFM até 2073 e a extensão dos incentivos fiscais à Região Metropolitana de Manaus?

Já pedi uma audiência com a presidente Dilma Rousseff, que deve ser confirmada na semana que vem, para tratar desse assunto. Ver de que forma a gente pode puxar essas novas propostas para a comissão de mérito. Se vem por meio de Mensagem (Medida Provisória) ou mesmo uma outra PEC. É importante lembrar que o projeto vai voltar ao Sena-

do por causa das modificações que serão feitas na Câmara.

A proposta que trata da perenização da ZFM, do deputado Silas Câmara, não entrará no debate de mérito na comissão especial?

Terá que ser feita uma grande engenharia, pois, a emenda original, do ex-senador tucano Artur Neto, trata de um prazo (dez anos); a presidente Dilma Rousseff quer 50 anos e o deputado Silas, tempo indeterminado. Segundo os estudiosos, a perenização não é uma saída. No entanto, não basta prorrogar a Zona Franca de Manaus por dez, 20 ou 30 anos. É preciso por fim a essas medidas provi-

sórias, como a MP 517/2010; PECs, projetos de lei, decretos e instruções normativas do Governo Federal que corroem, vão comendo pelas beiradas as nossas vantagens comparativas. Além de a gente ser podado na competitividade, enfrentamos o grave problema da infraestrutura no nosso Estado: energia elétrica, Internet precária, portos, aeroportos, a BR-319 emperrada nos órgãos ambientais. Estamos aí, às vésperas da Copa do Mundo e o caos na infraestrutura do Amazonas é evidente. Os Governos Federal, Estadual e Municipal precisam se unir e trabalhar juntos para dar conta dessa demandas.



Espaço da indústria

A interpretação dos números

Uma anedota conta que uma pessoa estava com a metade do corpo num congelador e a outra num forno. A parte que estava no congelador apresentava temperatura de 2°C e a que estava no forno de 70°C, a média da temperatura dessa pessoa seria 36°C, ou seja, estaria dentro da normalidade, mas provavelmente já morto. Essa introdução serve para ilustrar o grande alarde que se fez com a divulgação da queda de produção do setor industrial do Amazonas que, segundo o IBGE, no primeiro trimestre foi de -2,5% em relação ao mesmo

trimestre de 2010. Entretanto, o faturamento no mesmo período cresceu 16,38%. Como explicar isso? É simples, os produtos de maior representatividade monetária em cada setor obtiveram um crescimento significativo na produção e aqueles de menor representatividade sofreram um decréscimo, muitas vezes provenientes de mudanças tecnológicas, descontinuação gradativa de produção e até produtos que foram totalmente descontinuados e substituídos por outros de utilização idêntica.

E o que é mais importante, essa queda na produção não afetou a geração de empregos que continuou crescendo no PIM. Para não ser cansativo, citarei alguns dos principais produtos que tiveram desempenho positivo na produção e que, por sinal, agregam maior volume de faturamento e geração de emprego (para obter a relação completa, basta acessar o site da Suframa, dados fornecidos pela COISE/CGPRO/SAP). Essa comparação é feita em relação ao primeiro trimestre de 2010 e 2011: Rádio e Apar.-Reprs/Audio



(Port.), crescimento de 241,06%; Microcomputador (inclusive Portátil), 214,44%; Receptor de Sinal de TV, 81%; Relógio de Pulso e Bolso, 68,8%; Câmera Fotográfica Digital, 58,94%; Telefone Celular, 46,96%; Lâmina de Barbear e Cartucho (unidade), 44,91%; Motocicleta, Motoneta e Ciclomoto, 37%; DVD Record Player, inclusive Blue Ray, de 33,86%; Bicicleta crescimento, 31,31%; Televisor com Tela LCD, 11,64%. Entretanto, tivemos queda na produção de: Televisor com Tela de Plasma, -21,08%; Televisor em cores, -55,2%; Monitor com

Tela de LCD (uso em informática), -55,92%. Com referência a média mensal da mão de obra no mesmo período trimestral, houve aumento de 15,48%, totalizando 112.323 empregados. Apesar das medidas do Governo Federal para conter a demanda, foi a primeira queda na produção, após quatro meses consecutivos de alta. Mesmo assim, acreditamos que o PIM irá bater recorde, tanto na produção quanto no faturamento e geração de empregos em 2011.

Rogério Pina

Bicicletas aquecem mercado

→ A fabricante de bicicletas Houston, que tem base no Estado do Piauí, anunciou que pretende abrir fábrica em Manaus no próximo ano. A marca detém 15% de participação no mercado brasileiro, hoje estimado em cerca de 6 milhões de unidades – segundo a associação de fabricantes do segmento. A empresa ainda vem investindo em um forte plano de marketing que incluiu R\$ 10 milhões no merchandising da novela *Passione*, da TV Globo, e numa parceria com a Mattel.

APLAUSOS



Para a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas, que decidiu investigar as eventuais 15 mil contratações temporárias realizadas por empresas do Polo Industrial de Manaus. Os contratos (de três meses) estariam vencidos, mas o trabalhadores continuariam em suas funções.

FERNANDO COELHO JR.

● Depois de conquistar dez entre dez executivos estrangeiros do PIM com seu inovador café da manhã oriental, o Blue Tree Premium Manaus agora aposta nos almoços de domingo para toda a família, com buffet exclusivo a cada final de semana.

. O top arquiteto Achilles Fernandes é quem fará a transformação das residências dos clientes que forem sorteados na promoção 'Banho de Casa Amazonas Shopping'. A campanha vai premiar dois clientes do shopping com R\$ 50 mil cada para uma super repaginada no local.

Reforma Tributária divide opiniões no AM

Clarice Manhã

Da Redação
Manaus, Amazonas

Depois da polêmica em torno da Reforma Política, o Senado começa a discutir a Reforma Tributária. Os parlamentares do Amazonas se dividem quanto à possibilidade do Senado votar todas as propostas ainda este ano, mas são unânimes na preocupação com os possíveis impactos na Zona Franca de Manaus.

O conjunto de projetos da Reforma Tributária visam, separadamente, acabar com a guerra fiscal entre os Estados, reduzir a folha de pagamentos, simplificar impostos e desonerar os setores exportadores, de bens de capital e coureiro-calçadista.

Para o deputado federal Francisco Praciano (PT), o governo vai dividir a votação da Reforma Tributária em várias etapas, devido à complexidade do assunto. Praciano afirmou que, agora no início do debate, é o momento adequado para a bancada de parlamentares do Amazonas se preparar para acompanhar cada passo da tramitação das propostas de mudanças. "Acho que uma das proposituras da reforma pode até chegar a ser votada ainda em 2010,

mas é difícil que todas sejam apreciadas, porque o tema é delicado demais".

O deputado federal Pauderney Avelino (DEM) disse que na última terça-feira participou de uma reunião com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, na Comissão de Fazenda e Tributação na Câmara dos Deputados, onde foi anunciada a urgência do governo em aprovar as medidas da Reforma Tributária. "Estou convencido de que a votação vai começar no segundo semestre e já estou articulando nossa bancada não permitir que o Amazonas seja prejudicado", afirmou.

O deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) apresentou um requerimento para realização de audiência pública sobre a reforma tributária na Assembleia Legislativa do Estado (ALE). A Casa vai convidar os três senadores e oito deputados federais para o debate, além do secretário de Fazenda do Estado, o secretário da Fazenda, Isper Abraham, e os 62 prefeitos do Amazonas. "Essa reforma vai alterar diretamente o repasse de verbas para os municípios, precisamos discutir medidas alternativas e trazer o tema para perto", afirmou.

Segundo o deputado José Ricardo (PT) na audiência pública os parlamentares vão discutir cada proposta da reforma e os impactos negativos e positivos que elas trazem ao



O deputado federal Francisco Praciano acredita que o governo federal vá dividir a votação da Reforma Tributária em etapas / Foto: Eraldo Lopes/25/04/10

Estado, para então definirem quais os pontos vão ser contestados ou defendidos. "Esta reforma é esperada desde o primeiro governo Lula e nos afeta diretamente porque, conforme algumas proposituras que estão prevalecendo, o governo poderá cobrar o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) apenas no Estado de destino do produto, e no nosso caso, onde há produção, haveria queda na arrecadação".

A proposta

O presidente da Câmara dos

Deputados, Marco Maia (PT-RS), informou na última segunda-feira que até o início do segundo semestre o governo federal deve enviar ao Congresso o conjunto de projetos que darão início à reforma tributária. Ele defendeu que as propostas sejam enviadas ao Congresso o quanto antes para poderem ser votadas e entrarem em vigor em 2012.

Um dos pontos mais polêmicos do Projeto de Resolução do Senado (PRS 72/10), apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), propõe zerar o ICMS dos produtos

não industrializados no País, ou que tenham passado por processos que apenas alteraram sua apresentação. A medida beneficiaria diretamente a indústria automobilística, que importa até 70% dos componentes. Diante das críticas de que a propositura poderia causar desequilíbrio entre os Estados, Romero Jucá admitiu reduzir o ICMS 'para um número mais palatável', segundo informou a assessoria de comunicação do Senado.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Contratações no Sine aumentam 263% em abril

Rosana Villar

Da Redação

Manaus, Amazonas

O número de colocações realizadas pelo Sistema Nacional de Emprego do Amazonas (Sine/AM) cresceu 263% em abril deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Com isso, nos quatro primeiros meses do ano o número de contratações pelo sistema já chegou a 3.506, quase metade do número alcançado em todo o ano passado. Um crescimento de 125% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2010.

De acordo com o coordenador do Sine/AM, Paulo Júnior Mendonça, o setor de serviços liderou o número de contratações de abril, alcançando 35% de todas as colocações efetivadas. O Polo Industrial de Manaus (PIM) e a construção civil também tiveram bons desempenhos no mês passado.

“As empresas estão contratando bastante. Todos os segmentos apresentaram crescimento em suas demandas por mão de obra e este é um crescimento bem consistente. Não existe nenhum indicativo de que ele possa esfriar”, comenta Mendonça.

Segundo o coordenador, na primeira quinzena de maio

já foi observado um aumento significativo no número de contratações pelo PIM, que, por enquanto, lidera a oferta de vagas pelo Sine em maio.

Segundo o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Maurício Loureiro, a indústria tem acompanhado o bom momento da economia e o crescimento nas contratações deve continuar neste ritmo até o final do ano.

O número de vagas oferecidas pelo Sine/AM e de candidatos cadastrados no sistema também apresentaram expansão em abril. A quantidade de vagas foi 26% superior que no mesmo mês do ano passado e o número de inscritos cresceu 45%.

E a boa notícia não está só na geração de vagas, mas também na estabilidade do emprego. Em abril o sistema registrou a segunda queda consecutiva no número de trabalhadores habilitados para receber o seguro-desemprego.

No mês passado este número apresentou retração de 3%, com relação ao mesmo mês do ano passado. Em março a queda havia sido de 4%. No acumulado do quadrimestre, o número de pessoas habilitadas para receber o seguro desemprego já reduziu 12%, na comparação com o mesmo período de 2010.

POSTOS SEM FUNCIONAR

Os postos de atendimento do Sine/AM não funcionarão de 16 a 20 de maio. A interrupção do atendimento acontecerá para que seja realizada a migração para o novo sistema.